

## O OLHAR DO OUTRO SOBRE OS POBRES URBANOS DE TERESINA NA DÉCADA DE 1970

Francisco Alcides do Nascimento  
Professor Associado II da Universidade Federal do Piauí/  
CCHL/DGH.  
falcide@uol.com.br/[falcides@pq.cnpq.br](mailto:falcides@pq.cnpq.br)

Teresina é uma cidade que nasceu sob o signo do moderno. Esta expressão aqui é tomada a partir do que disse Jacques Le Goff a respeito dela “[...] assinala a tomada de consciência de uma ruptura com o passado.” (1994, p. 172). A transferência da capital de Oeiras para Vila Nova do Poti em 1852 visava colocar a Província do Piauí mais próxima do mundo, uma vez que o novo centro de poder seria fincado às margens do rio Parnaíba, caminhos de águas que banham grande parte do território mafrense.

Os idealizadores da mudança desejavam também, de forma clara, diminuir a evasão de impostos, resultado do papel comercial exercido pela Província do Maranhão, muito especialmente pela cidade de Caxias, em relação à Província do Piauí. Nesse sentido, a expressão moderno pode ser significada como a ruptura com o velho, este sendo representado pela primeira capital do Piauí, que, por estar localizada no sertão e com dificuldades de acesso por falta de estradas, distante de rios navegáveis, foi considerada pelos defensores da mudança como entrave ao progresso da Província.

Mas a nova capital nasceu também sob o signo da pobreza. Os legisladores, logo na segunda década de nascimento da cidade, já demonstravam preocupação com o tipo de habitação que cercava o núcleo central da urbe. O olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e visitantes para as “casas de palha” era um olhar de censura, de medo. A maioria dos moradores daquelas habitações era pobre, e tudo indica que esses formadores de opiniões conheciam os discursos construídos no Ocidente, que colocavam os pobres como “classes perigosas”.

A cidade é pequena e sem nenhuma infraestrutura básica. Animais circulavam pelas ruas com desenvoltura sem que o poder público tomasse providências para cessar o sinal de atraso percebido pelos cronistas. Estes sinais são capturados pelo olhar de alguns moradores e visitantes. Nada se compara nesta cidade ao que acontecia no mesmo período, em cidades como Londres e Paris, onde, segundo Stella Bresciani, as atividades humanas haviam perdido qualquer vínculo com o tempo da natureza. Ali as atividades humanas “[...] há muito se encontravam subordinadas ao tempo abstrato, ao

dia implacavelmente dividido em 24 horas.” (1987, p. 17). Em Teresina, o tempo era regido pelos sinos dos templos católicos. Eram eles que informavam sobre a festa do nascimento, do batizado, do casamento, da missa e também da morte. O olhar deles era auxiliado pela audição. Os moradores da cidade, com base no conhecimento adquirido, diferenciavam cada uma das informações transmitidas através das badaladas dos sinos.

Como a área central da cidade era cercada por casebres de palha, invariavelmente, a cada período sem chuvas, algumas delas eram devoradas pelo fogo. Neste caso, os sinos informavam sobre os incêndios que devoravam as casas, chamando a população para ajudar a debelar as chamas, numa espécie de teatro para o exercício do olhar. “Se tudo o que muda lentamente se explica pela vida, tudo o que muda velozmente se explica pelo fogo” (BACHELARD, 1994, p. 11). A casa, que antes do ataque veloz do fogo era o canto do mundo de seu morador, passa a ser um não-lugar, pois se convertia num esqueleto, com muitas de suas colunas e vértebras transformadas em carvão e cinzas, deixando de ser, portanto, o lugar que abrigava o devaneio, que protegia o sonhador e lhe permitia sonhar em paz (BACHELARD, 1996).

No início da segunda metade do século XX, quando Teresina comemoraria o seu primeiro centenário, a cidade havia mudado substancialmente, tanto do ponto de vista espacial quando do ponto de vista demográfico, mas o seu crescimento era menor do que o de outras cidades piauienses, dentre as quais se podem destacar Parnaíba e Floriano. A cidade é uma obra humana e, sendo assim, é um produto histórico-social que expressa o processo histórico desenvolvido por gerações. Ana Fani Alessandri Carlos defende que

a cidade é expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo que contém e revela ações passadas e ao mesmo tempo, já que o futuro se constrói a partir das tramas do presente - o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico em que vivemos.(2004, p. 7/8).

As mudanças experimentadas pela sociedade brasileira, capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte atraindo brasileiros de outras regiões. O Rio de Janeiro cantada como cidade maravilhosa, São Paulo considerada a locomotiva do desenvolvimento industrial do país, em nível regional Salvador e Recife se transformando em metrópoles, fornecem subsídios para que Teresina continuasse sendo representada como uma cidade provinciana e com muitos problemas estruturais.

O olhar dos cronistas, em especial, denunciava que a cidade centenária era o retrato da pobreza e da má administração. Faltava-lhe os equipamentos que uma capital de Estado deveria

possuir, na avaliação deles. Como imã, ela atraía novos moradores vindos de outros cantos do Piauí, e também de Estados vizinhos, tangidos pelas estiagens prolongadas, pela expulsão do campo, pelo desejo de dar aos filhos uma vida melhor do que aquela vivida por cada trabalhador rural que chegava a Teresina. Mas a chegada dos novos moradores contribuía para que a infraestrutura básica, representada pelo fornecimento de energia elétrica, água tratada e telefonia se transformasse a cada dia em artigo consumido apenas pelas camadas sociais abastadas da cidade, uma vez que estes, pela impossibilidade de adquirir um lote de terra nas proximidades do Centro, ou alugar uma casa nos bairros mais próximos da área central da cidade, ocupavam terras tidas como impróprias para a moradia, ou construíam suas casas em leitos de ruas e avenidas. Mesmo assim, a rede escolar e os hospitais existentes continuavam atraindo novos moradores.

Ao iniciar-se o ano do Centenário de Teresina, a imprensa começa a discutir os problemas que afetavam a cidade. Assim, no início de 1952, na edição do dia 20 de janeiro do *Jornal do Comércio*, foi publicado um artigo de título “Pobre Teresina” que nos remete, especialmente, para as condições estruturais da cidade, ou seja, a falta de instrumentos urbanos como calçamento, limpeza pública, água tratada para a população dos bairros, energia elétrica, mesmo no centro da cidade. Demonstra também a preocupação com o olhar do outro, especialmente do visitante.

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meio-fios, quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins... nem é bom falar [...] E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo. (JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, 20 jan. 1952).

A imagem traçada pelo articulista do *Jornal do Comércio* deixa o leitor com uma péssima impressão da cidade real, concreta e visual. Deixa transparecer que a cidade é pessimamente administrada, as ruas são esburacadas e cheias de lama, tanto no inverno quanto no verão. Logradouros públicos como mercados e praças estão praticamente abandonados, segundo a sua leitura. A informação sobre bares e botequins permite que o leitor deduza que não existe o serviço de defesa sanitária no município, ou este serviço não cuida da saúde pública, porque se cuidasse eles teriam sido fechados, por absoluta falta de higiene.

Sobre o mercado central, o primeiro a ser construído na capital, o poeta H. Dobal também diz que ele estava se tornando demasiado sujo e congestionado e, por esta razão, a Prefeitura construiu outro na Praça Demóstenes Avelino, novo e limpo, mas a população não abandonou o mercado velho, aliás, é assim que as pessoas indicam ainda hoje o Mercado Central, lugar especial para o teresinense. “Com seu aspecto de bazar oriental, o burburinho, a mistura de tipos e de cousas, é um mundo à parte e diferente que, que aos domingos, redobra de movimento e agitação.” (TEIXEIRA, 1972, p. 34).

O recorte da crônica citado nos remete para a quarta porta conceitual proposta por Maria Stella Bresciani (1992, p. 162) que diz respeito à educação dos sentidos na sociedade moderna. A cidade aparece como o lugar de emissão de sinais que pedem a formação de uma nova sensibilidade para serem desvendados. Segundo Bresciani, o olhar aos poucos vai se armando com conceitos adequados para classificar em quadros compreensivos tudo o que vê. O turista que visitar Teresina no ano do seu primeiro centenário verá uma cidade esburacada: cheia de lama no inverno e também na estação seca; poeira e lixo e até restos de animais espalhados pelas ruas. Caso decida visitar os mercados, o cemitério, o matadouro e a Praça Deodoro, dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada. O olhar permite, a partir da leitura do cronista, os sentimentos de asco e abandono, e, através da sua avaliação, chegamos a visualizar o turista podendo sentir o cheiro de lama podre, de restos de animais em estado de putrefação, entre outros. Mas, a primeira porta também está presente com a “Ideia Sanitária”.

No início do ano do Centenário, a imprensa denuncia o aumento dos preços dos alimentos. A expressão “tubarão” era uma metáfora que acusava a prática dos comerciantes de aumentar os preços dos produtos. Naquele momento, parecia haver uma demanda maior que a oferta, uma vez que os moradores da cidade, para adquirir os gêneros de primeira necessidade, tinham de enfrentar filas para adquiri-los. Embora tenhamos que pensar no lugar social ocupado pelo cronista, o de adversário político do prefeito da cidade, o discurso informa sobre as dificuldades da população em relação à carestia que afetava especialmente os salários dos menos favorecidos economicamente, mas isso não significa que não atingisse também pessoas das camadas médias que tivessem vínculos empregatícios com o governo.

Um conjunto significativo de professores que atuava na rede estadual de ensino era também jornalista. Uma parcela considerável dos advogados atuava nos múltiplos e variados empregos públicos, mas escreviam para os jornais da cidade. É necessário

lembrar que em Teresina o maior empregador era o poder público. Esse grupo social, portanto, vivia de alguma forma o cotidiano da cidade, o grupo social atuava diretamente nas práxis urbanas, mas a cidade também atuava nele. É possível que estejam na simbiose mencionada há pouco os sinais para a escrita das crônicas que destacam o cotidiano da cidade. Os interesses feridos, contrariados, a defesa do partido político, a denúncia vazia, mas que afetaria o adversário. O ajuste de contas através das folhas dos jornais, que, em última análise, ajudava a aumentar a venda dos diários.

O *Jornal do Piauí* em sua edição de 31 de janeiro 1952 noticia que o governo do Estado estava negociando empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de 10 milhões de cruzeiros, visando concluir o hotel de Teresina, iniciado ainda durante a interventoria de Leônidas de Castro Melo. Parte desses recursos seria empregada em reforma da rede elétrica. “A nossa Usina Termoelétrica suprirá vantajosamente as necessidades de energia de Teresina, mas isso só poderá acontecer com a complementação que se fará na rede de distribuição”. (JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, ano 1, n. 34, 31 jan.1952. p. 5)

Em notícia publicada no jornal *O Piauí*, no dia 29 de maio de 1952, os hotéis e pensões são lembrados. A matéria contribui para a péssima avaliação daqueles estabelecimentos, estes, como era sabido por todos os teresinenses, funcionavam em prédios que não foram construídos para aquele fim, ou seja, foram construídos para moradia familiar, nesse sentido, a sua utilização para a recepção de indivíduos era improvisada. Além disso, no geral, eram prédios alugados. As exigências da Saúde Pública terminavam esbarrando na desculpa do prédio não ser próprio, dizendo que a situação deles era como a de “fazer filhos em mulher alheia e perder, portanto, o tempo e o feito”. (INSTANTÂNEOS da cidade: Hotéis e Pensões. *O Piauí*. Teresina, ano 57, n. 786, 29 maio 1952. p. 2)

A partir do final da década de 1950, Teresina começa a viver um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos populistas e militares, mas o governador do Estado, Helvídio Nunes de Barros (1996, p.16), em meados da década de 1960, afirma que a cidade é pequena, pessimamente iluminada, possui um deficiente e precário serviço de abastecimento de d’água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. Teresina era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí.

O cronista Fonseca Duarte, seguindo as “pegadas” do governador, avalia de forma pessimista o momento vivido pelo Piauí naquela época e acusa o povo de ser, no

mínimo, conivente com as mazelas políticas perpetradas no Estado porque “[se trata de] povo desfibrado, sem coragem, sem educação política, permitindo, de braços cruzados, apático e indiferente, que uma malta de aventureiros e espertalhões tripudie sobre a sorte, negando-lhe a economia, condenando-o à fome e à miséria.” (DUARTE, 1959, p. 2). É necessário considerar de qual lugar social o cronista fala.

As transformações mencionadas ainda há pouco determinam olhares diferenciados. A expansão demográfica, por exemplo, provoca o crescimento dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados com a moradia ou com a falta dela. Em 1950, a população total de Teresina era de 90.723 habitantes. Já na década de 1970, tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas. A maioria dessa população era oriunda de pequenas cidades piauienses, mas, fundamentalmente, da zona rural do Piauí, e também de outros Estados do Nordeste.

É, pois, facilmente perceptível que a elite intelectual e política, através dos seus representantes e com base em saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas, responsabilize os pobres pelas mazelas da capital do Piauí, acusando-os de agirem de forma incivilizada. O foco daqueles saberes está direcionado aos “setores perigosos”, uma vez que suas práticas cotidianas não se coadunam com as práticas burguesas. Era preciso, então, que os moradores adquirissem hábitos e práticas dos habitantes dos centros urbanos civilizados, que respeitassem as leis municipais. Esse discurso se apoia em saberes da engenharia e da medicina, os quais, além de ajudar na formatação das leis locais, têm a pretensão de educar os corpos.

Nessa linha de necessidade de higienização da cidade, a Prefeitura de Teresina publica uma nota explicando o recebimento de recursos financeiros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no valor de sete milhões de cruzeiros, a serem aplicados na eliminação das casas de palha, nas quais morava a maioria da população. O motivo da nota de esclarecimento foram as críticas à administração municipal, formuladas no *Jornal do Comércio*, na edição de 29 de junho de 1961. O depósito bancário foi realizado em nome da Fundação Popular Contra a Casa de Palha, cuja administração diz que os recursos estavam sendo empregados para financiar a fabricação de telhas, ou seja, os recursos eram transferidos diretamente para a *iniciativa privada*, sendo os oleiros que assinavam contratos para a fabricação de telhas as quais a Fundação repassava aos consumidores a *preço de custo*.

[...] A Fundação está entregando a telha aos requerentes ao preço de custo, posta ao pé da obra ou casa por Cr\$2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), para pagamento no prazo estabelecido pelos interessados, enquanto as olarias estão vendendo à vista ao preço de Cr\$3.000,00 a Cr\$3.500,00, o milheiro.

Atendendo ao desejo de atendimento, no mais breve espaço de tempo ao maior número de pessoas [...] (JORNAL do COMÉRCIO. Teresina 29 jun. 1961).

Como se vê, o governo municipal, à falta de uma política de construção de casas populares, recebe recursos públicos e os entrega à iniciativa privada, revelando que os limites entre o público e o privado eram muito tênues.

Já a partir do final da década de 1950, acelera-se assim o processo de deslocamento de parte da população da área urbanizada para fora do centro antigo e da “cidade-mãe”. As edificações invadiam territórios pouco ou nada preparados para recebê-las, uma vez que os bairros não dispunham de serviço de abastecimento d’água, o serviço de energia elétrica era precário e raras eram as ruas com calçamento. O aumento da população e a expansão da cidade provocaram o colapso dos sistemas de abastecimento de água e energia elétrica e o telefone continuava como artigo de luxo.

Não se pode esquecer de que o país vivia a euforia da construção de Brasília, traduzida como início de uma era modernizante no Brasil. Juscelino Kubitschek, o presidente de sonhos fáusticos, parecia ter contagiado alguns segmentos da sociedade brasileira com o slogan de governo de fazer o Brasil crescer “cinquenta anos em cinco”. Essa euforia com o progresso, discurso construído no governo de Kubitschek, chega ao Piauí, e Teresina é então vista como porta de entrada para esses novos tempos.

Na linha de construção de infraestrutura em curso ou desejada pelos administradores estaduais e municipais, não se pode esquecer do campo de pouso de Teresina, que poderá receber aviões grandes, o que seria mais uma forma de deixar a capital do Piauí mais próxima do resto do mundo. Sob o título de *Aeroporto de Teresina*, um cronista destaca que

prosseguem com ritmo intenso os trabalhos do nosso aeroporto que, segundo palavra oficial, em outubro deste ano, estará pronto e entregue ao tráfego dos mais pesados aviões.

Já está sendo espalhado o asfalto, bem assim adiantadas as bases da grande pista, superior a mil metros de extensão.

A Comarca trabalha com segurança e eficiência para dotar-nos de um grande campo de pouso à altura da capital piauiense, no setor aéreo de cargas e passageiros. O presidente Jânio Quadros dissera aos piauienses que lhes daria em breve tempo um aeroporto, à capital de seu Estado, e agora se confirma a firmeza da palavra presidencial. (AEROPORTO de Teresina. Estado do Piauí. Teresina, 25 jun. 1961, p. 03).

A pavimentação do campo de pouso de Teresina era mais uma ferramenta que permitiria a visita de turistas. Convém lembrar que um burocrata da Prefeitura de Teresina, em nota pública, manifesta a preocupação com o olhar “daqueles que nos visitam”.

Até o final da década de 1950, a cidade se expandiu para o norte e para o sul, mas seguindo a toada de expansão espacial, segue para a região leste quando atravessa o rio Poti, muito especialmente depois da construção da primeira ponte de concreto armado sobre este rio. Antes disso, aquela área era ocupada principalmente por chácaras, utilizadas por seus proprietários nos finais de semana. Iracilde Moura Fé comenta um dos vetores que influenciaram na expansão para a zona leste:

[...] na década de 1960, foi construída uma pista para corrida de cavalos, embrião do Jockey Club do Piauí, bem como foram abertos os primeiros loteamentos residenciais do bairro [...] As corridas de cavalos se transformaram em atividades de lazer de determinado segmento social da cidade, esta é uma das razões para que a região passe a ser interpretada como área de moradia dos ricos, a ser símbolo de status social e econômico, ficando toda a região conhecida por zona do Jockey Clube (2006, p. 181-206)

As mudanças nos modos de vida, as novas exigências de conforto, as inovações de consumo e lazer engendraram uma expansão do território da cidade, em detrimento do centro antigo, que perde habitantes. Com efeito, no início da década de 1970 foi instalada a Universidade Federal do Piauí, após o Jockey Clube, em direção à região nordeste da cidade, hoje bairro Ininga, outro fator que determinou o crescimento da ocupação daquela região, bem como a expansão da infraestrutura básica constituída na ocasião por água, luz, telefone e calçamento e asfaltamento das principais vias de acesso à universidade. Por outro lado, esta área de Teresina foi ocupada por moradores do centro que a consideravam menos quente do que o lugar de onde haviam saído.

Na década de 1970, observa-se uma expansão de rodovias no Piauí. Pode-se citar como exemplo a rodovia PI-4, conhecida também como “Transpiauí”, que interligava o Piauí à Brasília, pelo sul do Estado. Na capital são observadas melhorias em vários setores, sobretudo, de infraestrutura e aparelhamento nas áreas de saneamento, saúde, educação, transportes e de habitação, realizadas por meio de programas e projetos de nível nacional.

A construção de rodovias permitiu que o deslocamento de trabalhadores rurais fosse realizado de forma rápida e segura. Teresina, então, passa a receber uma

quantidade de migrantes para qual a qual não estava preparada, fato que contribuiu com o agravamento dos problemas sociais.

A grande maioria dos migrantes e das pessoas que compunham as camadas pobres da cidade era de trabalhadores sem nenhuma formação profissional, a não ser aquela de fazer roça e, por esta razão, tinham poucas possibilidades de se inserir no mercado de trabalho. Para os homens, a saída era a indústria da construção civil na condição de ajudante de pedreiro, ou enveredar pelo setor informal da economia, atuando como carroceiro, carregador, vendedor ambulante. As mulheres podiam trabalhar como empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras e/ou oferecer sua força de trabalho em olarias, na região das lagoas, localizadas na zona norte de Teresina, local onde as crianças também trabalhavam diuturnamente para aumentar a renda familiar.

Havia também as atividades voltadas para a vida noturna, com a expansão de bares e churrascarias, uma das novas formas de lazer e sociabilidade das classes médias e os novos ricos da cidade. Ocupações como garçons, cozinheiras, churrasqueiros passaram a ser uma oportunidade a mais no competitivo mercado de trabalho. Não podemos esquecer-nos das atividades realizadas nas zonas de baixo meretrício, os pequenos prostíbulos e casas de forró, que proporcionavam diversão e entretenimento para os setores populares, garantindo o sustento às ditas “mulheres de vida livre” e aos proprietários desses estabelecimentos e seus funcionários.

Como se pode constatar, a cidade não gerava o número de empregos demandados pelos novos moradores. Somando-se a isto, a quantidade de moradias oferecidas pelo mercado não era suficiente. É nesse quadro que o processo de favelização ganha visibilidade. A primeira favela a se constituir e que requereu uma atenção especial do poder público foi a Favela COHEBE. “[...] Os seus primeiros habitantes começaram a se alojar naquela área em 1974. [...] Concomitantemente ao crescimento da favela COHEBE, outras foram se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana” (LIMA, 1990, p. 25). Apesar da política habitacional iniciada na década anterior, naquele momento, essa questão não mereceu a atenção do poder público, a não ser pela violência policial usada para a expulsão das pessoas da área ocupada, já que, segundo Antonia Jesuíta de Lima (1990, p. 25) “o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia”, mesmo assim, a atuação do poder público municipal era isolada e fragmentária, não obedecendo a uma orientação

de política global, de modo que as intervenções se davam, prioritariamente, na estruturação da malha viária, que a imprensa local noticia:

O Prefeito de Teresina está executando um avançado plano urbanístico, o qual transforma a Capital piauiense numa moderna, evoluída, bela e atrativa cidade. As Avenidas Maranhão e Poti, ligadas à Avenida Miguel Rosa, formarão o anel de contorno da cidade e se constituirão, em si mesmas, artérias das mais belas do País. Uma verba de 3,6 milhões de cruzeiros será aplicada na urbanização de Teresina, segundo projeto do urbanista Alexandre Costa. A construção do anel viário da cidade, abrindo e asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito de nossa Capital, preparando-a para se integrar num todo, atraindo os bairros ao Anel Viário recém-construído. Foi um projeto de alta visão administrativa, que descortinará o desenvolvimento e a expansão da cidade.

Constituem o elenco do anel viário a pavimentação das Avenidas Miguel Rosa, Maranhão e José dos Santos e Silva e trecho da Barão de Castelo Branco. Integrou-se ao sistema viário a conclusão definitiva ao trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Ribeiro e BR-316. A pista da Avenida Miguel Rosa foi duplicada, no trecho compreendido entre a Rui Barbosa e a Avenida Frei Serafim. (ESTADO do Piauí. Teresina, 15 maio 1971. p. 04)

A intervenção no espaço urbano que o articulista narra tem como suporte o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), voltado para o planejamento urbano de Teresina. Especialistas o avaliaram como sendo inadequado à realidade local, mas com ele surgiu a primeira lei de zoneamento da cidade, que não foi aplicada, exceto alguns projetos de infraestrutura urbana com pequeno implemento na melhoria do padrão de vida na cidade. “A não concretização do Plano, na sua maior parte, trouxe consequências drásticas para Teresina, no começo da década de 70, na medida em que a cidade cresceu sem nenhum instrumento regulador do espaço urbano.”

Como resultado da cirurgia realizada no espaço urbano de Teresina mencionado no final da citação, muitas pessoas foram transferidas para bairros periféricos da cidade, entre os quais se pode relacionar o Buenos Aires, o Água Mineral, o Mafrense, dentre outros. Estes bairros eram desprovidos de abastecimento d’água, energia elétrica, telefone, transporte coletivo, serviço médico. O abastecimento de gêneros de primeira necessidade era feito no centro da cidade, no mercado central, um longo percurso feito a pé, e os alimentos carregados na cabeça ou em lombos de animais.

O prefeito de Teresina, Major Joel da Silva Ribeiro (1971-1975), ao assumir o comando da cidade, diz que o processo de desfavelamento da região sul da cidade já havia começado com o prefeito Haroldo Borges:

[...] começava logo na Joaquim Ribeiro aquela favela imensa, que não tinha a Miguel Rosa, ali era uma favela imensa, acompanhando os trilhos, o fundo

das casas dava pros trilhos de um lado e doutro, aquilo bloqueava a cidade, aquilo não tinha alinhamento, então, aquilo vocês não podiam imaginar. E eles tiram, levaram esse povo pro bairro Mafrense, foi criado com esse nome e levaram os moradores pra lá. Aí foi o tempo em que eu assumi a prefeitura, e eu rescindi o contrato da firma contratante, eu não me lembro o nome da firma. E não havia mesmo uma verba, e eu tive que esperar um daqueles planos, daqueles pacotes de investimento pra prosseguir com a Miguel Rosa Sul, mas, fazendo justiça sempre ao Haroldo Borges, [...] (2006).

A forma como o prefeito olha para a moradia daqueles que foram transferidos dá conta que as casas não tinham alinhamento, que elas bloqueavam a cidade, portanto, do ponto de vista dele, a construção das habitações era desorganizada, as casas não tinham quintais, pois “os fundos das casas davam pros trilhos de um lado e doutro”. Para alocar as pessoas, foi criado um bairro que, por ocasião da transferência dos moradores da hoje avenida Miguel Rosa, não possuía água tratada, energia elétrica e a rua central que levava ao novo bairro cortava uma região de lagoas.

Ainda na construção da avenida Miguel Rosa, Joel Ribeiro destaca que fez muitas desapropriações:

houve ainda umas duas desapropriações à esquerda de gente que invadiu o leito da avenida Miguel Rosa, mas mesmo assim, não paguei o terreno que não era deles, mas paguei o imóvel, porque é muito mais barato um acordo do que uma questão que adiar a obra, e assim levei. Havia o cabaré, a zona da Ema, que chamavam cabaré da Ema, que não tinha cabaré nenhum lá, era uma favela, talvez tenha começado com um cabaré possivelmente, porque havia as duas expressões, favela da Ema, cabaré da Ema, e ali eu lembro que foram cento e quarenta e três imóveis.(2006).

O prefeito informa de forma clara que desapropriou casas, mas não o terreno onde elas estavam assentadas, e o argumento é que a terra não pertencia aos moradores. Trata-se de uma área de prostituição. O argumento central é que no lugar estava fincada uma favela com aproximadamente cento e quarenta e três imóveis. Se considerarmos três moradores por cada habitação, a prefeitura deslocou aproximadamente quatrocentos e cinquenta pessoas de uma área próxima do centro, para regiões periféricas da cidade, como os bairros Buenos Aires e Água Mineral.

O prefeito Joel Ribeiro entendia que a Praça Deodoro, também conhecida por Parque da Bandeira, deveria ser reformada, e justificava a sua decisão por considerá-la o lugar onde Teresina nasceu. Mas na administração do prefeito Lindolfo do Rego Monteiro (1935-1945) foi implantado um mini-zoológico e, nos anos 1960, parte da praça foi transformada numa espécie de feira livre, onde se negociavam frutas e verduras. O prefeito resolveu extinguir o mini-zoológico, transferindo os animais para o

Parque Zoobotânico de Teresina, que estava sendo construído, e dois jacarés foram devolvidos ao rio Parnaíba.

A negociação com os feirantes foi tensa e é o próprio prefeito quem narra o formato de intervenção da retirada deles:

Então, desde o começo, no meu plano já tinha a praça, e eu resolvi começar a praça logo. Havia uma convivência, uma despesa até grande, mas necessária, eu fiz um tapume geral, da forma de noventa, oitenta metros na sua extremidade, e cerca de duzentos metros de cada lado, quer dizer, aquilo ali saiu caro pra prefeitura, aquele tapume bem feito, mas que com isso eu fui tirando aquele pessoal que tinha frutas lá dentro e um dia eles chegaram e aquilo era como se fossem donos de direito adquirido, é interessante o comportamento de pessoas que estão em situação faltosa, eles sempre chegam com uma vontade, com aquela gana de exigir uma solução, aí, eu disse: “– Isso aí, a solução é muito simples, saíam de lá porque amanhã eu fecho o portão (risos), aquilo ali é uma praça pública e vai ser reformada. Aluguem casas ao redor do Mercado Central e depois decidimos o que fazemos”. Graças a Deus entenderam que a prefeitura não ia ficar sem ceder, que não ia ceder mesmo, e levou muito tempo (2006).

Roberto Lobato Corrêa defende que todos os moradores da cidade são também seus construtores (2000), mesmo os segmentos sociais classificados como excluídos. Considera-se que os homens e mulheres que trabalhavam na Praça Deodoro estavam na informalidade, mas eram de suas bancas de verduras e frutas que retiravam o sustento da família. Como já se disse antes, a cidade não gerava o número de empregos que a população que chegava à Teresina demandava. Antes da retirada dos vendedores, o prefeito colocou um tapume cercando todo o perímetro da praça, que já criava dificuldades para os vendedores. Ao justificar a retirada dos vendedores, emprega o argumento de que as frutas eram depositadas no chão ao lado do lixo, constituído por frutas e verduras inservíveis ao consumo humano.

Em um trecho da fala do prefeito, ele indica de forma clara que os homens e mulheres que construíam aquele lugar, na condição de vendedores e clientes, não tinham direito a ele. É verdade que a praça era um logradouro público, e que não pode ser transformado em mercado porque o edifício dedicado ao comércio, chamado de Mercado Velho, estava localizado do lado direito da praça, mas não comportava, no seu interior, os vendedores de frutas e verduras. Incomoda ao prefeito o fato de esses trabalhadores tomarem a praça como um lugar seu. Depois, de forma autoritária, manda que seus auxiliares informem aos trabalhadores e trabalhadoras que se não saíssem da praça, os portões seriam fechados. A saída proposta pelo prefeito aos vendedores e vendedoras foi que alugassem prédios localizados no entorno da praça.

Do lugar social que ocupava, o de prefeito e de engenheiro, recorre-se à primeira porta conceitual de Maria Stella Bresciani, que junta os saberes médico e de engenharia na “Ideia Sanitária” para afastar os pobres urbanos do lugar de trabalho. O formato é aquele da autoridade que detém o poder, aliás, o prefeito foi citado em mais de uma vez neste trabalho, informando que deixou de pagar indenizações, porque considera que os moradores das casas demolidas não eram proprietários dos lotes de terras onde as casas estavam plantadas. O prefeito revela uma certa incapacidade para lidar com a alteridade. Percebe-se que aqueles homens e mulheres são excluídos politicamente, pois lhes é negada a inclusão na comunidade dos cidadãos, “[...] entendendo cidadania na sua relação com o Estado e a exclusão social e econômica, que se articula na esteira da crise econômica e no desemprego [...]” (PESAVENTO, 2001, p. 17).

Embora tenhamos de considerar que no início da gestão de Joel da Silva Ribeiro o Brasil ainda vivesse sob o impacto do fenômeno de crescimento da economia brasileira, conhecido como “milagre brasileiro”, a circulação de riquezas não aconteceu da mesma forma em todos os estados brasileiros, mas a inclusão de Teresina em planos formulados pelo governo federal permitiu intervenções espaciais que modificaram completamente a paisagem urbana da capital do Piauí. Todavia, é necessário também informar que o crescimento populacional da cidade bem, como a incapacidade do Estado e do mercado em criar a quantidade de empregos de moradias demandadas pelos novos moradores da cidade, agravava os problemas sociais de Teresina.

## REFERÊNCIAS

- AEROPORTO de Teresina. Estado do Piauí. Teresina, 25 de junho de 1961, p. 03.
- BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos).
- \_\_\_\_\_. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção Tópicos).
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção tudo é história).
- \_\_\_\_\_. As sete portas da cidade. *Espaço e Debate*. São Paulo, NERU, n. 34, p. 10-15, 1991.

\_\_\_\_\_. Cidades: espaço e memória. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DUARTE, Fonseca. *Estado do Piauí*. Teresina, 25 de janeiro de 1959.

ESTADO do Piauí. Teresina, 15 maio 1971.

JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, 20 jan. 1952.

JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, ano 1, n. 34, 31 jan.1952.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão e outros. 3. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina, urbanização e meio ambiente. Scientia et spes. *Revista do Instituto Camilo Filho*. Teresina, v.1, n.2, p. 181-206, jun. 2002.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular*. Teresina: EDUFPI, 1996.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

\_\_\_\_\_. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan.-jun., 2007. p. 195-215.

O PIAUÍ. Teresina, ano 57, n. 786, 29 maio 1952.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Nacional, 2001, p. 5. (Brasileira novos estudos).

TEIXEIRA, Hidemburgo Dobal. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1972.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 203 (Coleção primeiros passos).